

LEI Nº 534 DE 10 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução do orçamento para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MUNDAÚ, ESTADO DE ALAGOAS Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

**SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao artigo 165 §2º da Constituição Federal e as determinações da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração dos Orçamentos para o exercício financeiro de 2026.

Art. 2º - Entende-se por Diretrizes Orçamentárias as instruções e orientações para elaboração e execução dos orçamentos para o exercício financeiro de 2026.

**SEÇÃO II
DOS GASTOS MUNICIPAIS**

Art. 3º - Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de materiais, bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 4º - Os gastos municipais serão estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se:

- I – A carga de trabalho estimada para o exercício financeiro;
- II – Fatores conjunturais que possam afetar os gastos;
- III – Recursos destinados ao pagamento e parcelamento da Dívida Fundada;
- IV – Recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais.

SEÇÃO III DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO

Art. 5º - Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

- I – Dos tributos de sua competência;
- II – De atividades econômicas;
- III – De transferências constitucionais ou voluntárias;
- IV – Das alienações;
- V – Dos empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, destinados à despesa de capital;

Art. 6º - A estimativa das receitas considerou:

- I – Os fatores conjunturais que passam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
- II – Para as receitas correntes serão projetados a variação dos indicadores econômicos da taxa de juros;
- III – Alterações na legislação tributária;
- IV – Convênios firmados com entidades governamentais e privadas nacionais ou internacionais.

Art. 7º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência;

§1º - O Município despenderá esforços no sentido de diminuir o valor da dívida ativa;

§2º - O Município procurará modernizar a máquina fazendária no sentido de aumentar a arrecadação;

§3º - A Lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária só poderá ser aprovada ou editada se cumpridas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar Nº101/2000.

§4º - Qualquer alteração na Legislação Tributária para exercício financeiro de 2026 deverá ser encaminhada ao Poder Legislativo e por ele aprovada antes da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, afim de que possam as mesmas ser incluídas na previsão da receita.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Art. 8º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei.

Art. 9º - As ações constantes no Anexo de que trata o artigo anterior possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente

atualizados pela lei orçamentária e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no Plano Plurianual.

§ 1º – Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2026, ambos os Poderes deverão verificar os programas que forem contemplados no PPA (2026 – 2029), e as ações prioritárias nele contempladas para 2026 deverão estar em consonância com as prioridades previstas e atualizadas pela presente Lei.

§ 2º - Quando da Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026, o Poder Executivo e Poder Legislativo deverão obedecer aos atos normativos que estiverem vigentes.

§ 3º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão na Lei Orçamentária Anual contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 10º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

- I – Orçamento Fiscal;
- II – Orçamento da Seguridade Social;

§ 1º - O Orçamento Fiscal tratará da política fiscal e abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 2º - O Orçamento de Seguridade Social abrangerá as áreas de Saúde e Assistência Social.

Art. 11 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2026, apresentará conjuntamente, a programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, quando for o caso, na qual a discriminação:

I – Da Receita obedecerá ao disposto na Portaria STN nº. 163, de 04 de maio de 2001 e Portaria Conjunta do STN/SOF nº 650 de 24 de setembro de 2019, e suas alterações;

II – Da Despesa far-se-á por unidade orçamentária, por função, sub-função, programa, projeto ou atividade, obedecendo a classificação funcional – programática expressa na Portaria STN Nº. 42, de 04 de abril de 1999 e suas atualizações e por grupo de Despesa e por Categorias Econômicas, consoante o disposto na Portaria Conjunta da STN 03, de 14 de outubro de 2008 e suas alterações.

Art. 12 – A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

- I – a Fundos Especiais;
- II – às Ações de Saúde e Assistência Social;
- III – à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Art. 13 – No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 as Despesas com Pessoal e Encargos não poderão ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20, inciso III da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único – Caso o Município, quando da elaboração da lei orçamentária para 2026 já esteja acima do limite previsto no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, as vedações contidas no referido artigo deverão ser observados quando da fixação destes gastos.

Art. 14 – O Município não gastará menos que 25% (vinte e cinco por cento) no Desenvolvimento do Ensino, nem menos que 15% (quinze por cento) nas ações de saúde, em relação às receitas resultantes de imposto, conforme determina o artigo 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional Nº. 29, respectivamente, devendo a Lei Orçamentária para 2026 já fixar tais valores mínimos.

Art. 15 – Constará da Lei Orçamentária recurso para pagamento de sentenças judiciais, consoante determina o art. 100 da Constituição Federal.

Art. 16 – O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

- I – Texto da Lei;
- II – Quadros Orçamentários Consolidados;
- III – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a Receita e Despesa na forma definida nesta Lei;
- IV – Discriminação na legislação da Receita e da Despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- V – Demonstrativo da renúncia da Receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Art. 17 – Para efeito do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo do Município e as entidades da Administração Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, até 30 de setembro de 2025, sua respectiva proposta orçamentária, para, se compatível com as determinações previstas na Constituição ou em lei infraconstitucional, serem incluídas no Projeto de Lei Orçamentária, observadas também as disposições desta Lei.

Art. 18 – O Poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária para apreciação do Legislativo até 31 de outubro de 2025, prazo suficiente para estimar a receita de acordo com os índices da União e do Estado, bem como os dados da execução orçamentária de 2025.

SEÇÃO II DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 19 – A Lei Orçamentária conterà reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na Lei Orçamentária, a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da Receita Prevista para o Município e se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos.

Art. 20 – Para efeitos do art.16 da Lei Complementar nº. 101 de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere a Lei Federal nº. 14.133 de 2021, bem como aquelas oriundas de aumento das alíquotas previdenciárias patronais.

Art. 21 – As despesas de caráter continuado terão sua fixação efetuada com base na margem líquida em relação às mesmas despesas realizadas no exercício financeiro de 2025, levando-se em conta o aumento permanente das receitas e redução permanente das despesas conforme § 3º, art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrer as circunstâncias estabelecidas no caput do Art. 9º, ou no inciso II, § 1º, do Art. 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, os poderes Executivos e Legislativo deverão proceder a respectiva limitação de empenho, no montante e prazo previstos nos respectivos artigos.

SEÇÃO III DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DOS CRÉDITOS ADICIONAIS DESTINADOS AO PODER LEGISLATIVO

Art. 22 – O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no art.29 A da Constituição Federal de 1988, acrescido dos valores devidos aos inativos e pensionista.

Art. 23 – O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo Único – Ao final do exercício financeiro, o saldo de recurso do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo.

Art. 24 – A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação contábil, caso ocorra discrepância entre o orçamento da câmara e o duodécimo, esse será ajustado mediante decreto do executivo.

SEÇÃO IV DA DISPOSIÇÃO SOBRE NOVOS PROJETOS

Art. 25 – Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I – Estiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II – Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público.

Parágrafo Único – Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários, e que seja custeado por outra esfera de Governo.

SEÇÃO V DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 26 – O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, art. 167, a entidades da administração indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira.

SEÇÃO VI DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA O SETOR PRIVADO SUBSEÇÃO I DOS RECURSOS DESTINADOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 27 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS

SUBSEÇÃO II DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Art. 28 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social.

Parágrafo Único – A transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente do Município, que analisará os casos individualmente, aprovando-os ou não.

Art. 29 – A transferência de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas jurídicas sem fins lucrativos deverá ser autorizada na Lei Orçamentária Anual ou por lei específica para atender a entidade que abranja atividades nas áreas de administração, assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo ou educação.

§1º – A transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal a qual a entidade privada seja relacionada, de acordo com a atividade executada.

§2º - A transferência de recursos dependerá da apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS

SEÇÃO VII DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 30 – Com fundamento no Parágrafo 8º do art. 165 da Constituição Federal, a Lei Orçamentária de 2026 conterà autorização para o Poder Executivo proceder a abertura de créditos suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) da previsão da receita orçamentária por anulações, acrescidos da totalidade do seu superávit financeiro e da totalidade do excesso de arrecadação, ficando ainda autorizado a inclusão de elemento de despesa caso necessite.

Art. 31 – Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2025, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício de 2026, por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

SEÇÃO VIII TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIA. DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 32 – Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º - A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que tem a função de corrigir desvios de planejamento.

§ 2º - Para efeitos das leis orçamentárias, entende-se por:

I – Transposição – são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;

II – Remanejamento – são realocações na organização de um público, com destinação de recursos de um órgão para outro;

III – Transferência – são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesa, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

SEÇÃO I DO APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 33 – A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Administrações Indiretas, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

SEÇÃO II DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 – No exercício de 2026, quando a despesa total com pessoal exceder o limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101 de 2000, a realização de serviço extraordinário em qualquer dos Poderes somente poderá ocorrer no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, ou quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I – situações de emergência e calamidade pública;
- II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo benefício se revelar favorável em relação à outra alternativa possível.

Art. 35 – A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 não poderá fixar o total das Despesas com Pessoal e Encargos acima do limite previsto no Inciso III do art. 20 da Lei Complementar 101 de 2000.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 – Na política de administração tributária do Município fica definido a seguinte diretriz para 2026, devendo, até o final do exercício, dispor sobre:

- I – Revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:
 - a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
 - c) Regulamentação do Simples Nacional, no âmbito do Município.

Art. 37 – Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo Único – Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão contingenciadas as previsões de receita e a fixação de dotações orçamentárias, de forma a restabelecer o equilíbrio entre receita e despesas.

CAPÍTULO VI DO NÃO - ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS

Art. 38 – A limitação de empenho prevista nesta Lei, deverá seguir a seguinte ordem de limitação:

I – No Poder Executivo:

- a) diárias;
- b) serviço extraordinário;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) realização de obras com recursos próprios

II – No Poder Legislativo:

- a) diárias;
- b) realização de serviço extraordinário;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) realização de obras com recursos próprios.

§ 1º - As limitações previstas no inciso I deste artigo não podem abranger os projetos e atividades cuja despesa constitui obrigação constitucional ou legal de execução;

§ 2º - Em não sendo suficiente, ou inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – das despesas com pessoal e encargos sociais;

II – das despesas necessárias para o atendimento à saúde, bem como das despesas voltadas para a Manutenção do Ensino;

III – das despesas necessárias para o atendimento à Assistência Social;

IV – das despesas com o pagamento de precatórios judiciais.

V - das despesas com o pagamento dos encargos e do principal da dívida consolidada do Município;

§ 3º A limitação de empenho corresponderá, em termos percentuais, ao valor ultrapassado da meta de resultado primário ou nominal, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39 – Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar 101 de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou acordo com a União ou Estados, com vistas:

- I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV – a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município;
- V – a realização de obras e serviços públicos de interesse público local.

Art. 40 – Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido para a sanção do Poder Executivo até o final da última sessão legislativa do exercício de 2025, ficarão os Poderes autorizados a utilizar 1 /12 (um, doze avos) mensais do orçamento previsto para 2026, até que o Executivo receba a Lei aprovada, e proceda a sua sanção e publicação.

Art. 41 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Santana do Mundaú-AL, 10 de maio de 2025.


ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
Prefeito

Publicada e Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10 de maio de 2025.


Cristyana Maria Cansação Lopes Pontes
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	2026			2027			2028		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	126.359.316,47	120.918.006,19	0,000%	139.627.044,70	128.475.381,58	0,000 %	153.589.749,21	136.149.248,34	0,000 %
Receitas Primárias (I)	125.890.274,36	120.469.162,07	0,000%	139.108.753,17	127.998.484,70	0,000 %	153.019.628,52	135.643.866,28	0,000 %
Despesa Total	126.359.316,47	120.918.006,19	0,000%	139.627.044,70	128.475.381,58	0,000 %	153.589.749,18	136.149.248,31	0,000 %
Despesas Primárias (II)	125.770.728,47	120.354.764,09	0,000%	138.976.654,96	127.876.936,84	0,000 %	152.874.320,47	135.515.058,32	0,000 %
Resultado Primário (III) = (I - II)	119.545,89	114.397,98	0,000%	132.098,21	121.547,86	0,000 %	145.308,05	128.807,96	0,000 %
Resultado Nominal	750.000,00	717.703,35	0,000%	-450.000,00	-414.059,62	0,000 %	-2.075.000,00	-1.839.378,55	0,000 %
Dívida Pública Consolidada	3.519.735,07	3.368.167,53	0,000%	3.269.735,07	3.008.589,50	0,000 %	2.969.735,07	2.632.514,21	0,000 %
Dívida Consolidada Líquida	-580.264,93	-555.277,44	0,000%	-530.264,93	-487.914,00	0,000 %	-2.105.264,93	-1.866.206,82	0,000 %

FONTE:

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2026	2027	2028
PIB real (crescimento % anual)	1,70 %	2,00 %	2,00 %
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,50 %	10,50 %	10,00 %
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)	5,90 %	5,80 %	5,82 %
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50 %	4,00 %	3,80 %
Projeção do PIB do Estado – R\$	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
2026

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	78.779.727,21	110.852.748,66	112.320.418,27	125.799.316,47	139.008.244,70	152.909.069,21
Receita Tributária	1.032.545,53	2.213.476,18	2.590.500,00	2.901.360,00	3.206.002,80	3.526.603,08
Receita de Contribuição	6.234.533,27	8.572.094,81	4.925.120,00	5.516.134,40	6.095.328,51	6.704.861,36
Receita Patrimonial	577.911,78	561.359,77	518.787,60	581.042,11	642.051,53	706.256,69
Aplicações Financeiras (II)	577.911,78	561.359,77	518.787,60	469.042,11	518.291,53	570.120,69
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	112.000,00	123.760,00	136.136,00
Transferências Correntes	70.914.268,35	97.160.906,72	98.613.124,87	110.447.147,86	122.044.098,39	134.248.508,26
Demais Receitas Correntes	20.468,28	2.344.911,18	5.672.885,80	6.353.632,10	7.020.763,47	7.722.839,82
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	78.201.815,43	110.291.388,89	111.801.630,67	125.330.274,36	138.489.953,17	152.338.948,52
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	752.494,80	4.998.750,00	500.000,00	560.000,00	618.800,00	680.680,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	752.494,80	4.648.750,00	500.000,00	560.000,00	618.800,00	680.680,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	752.494,80	4.648.750,00	500.000,00	560.000,00	618.800,00	680.680,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	78.954.310,23	114.940.138,89	112.301.630,67	125.890.274,36	139.108.753,17	153.019.628,52

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (X)	80.998.370,42	107.791.003,51	99.717.472,10	111.683.568,57	123.410.343,26	135.751.377,58
Pessoal e Encargos Sociais	48.215.181,46	63.658.071,82	66.188.174,20	74.130.755,04	81.914.484,32	90.105.932,75
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	3.875,00	5.775,00	6.468,00	7.147,14	7.861,85
Outras Despesas Correntes	32.783.188,96	44.129.056,69	33.523.522,90	37.546.345,53	41.488.711,80	45.637.582,98
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	80.998.370,42	107.787.128,51	99.711.697,10	111.677.100,57	123.403.196,12	135.743.515,73
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.810.846,88	8.117.785,06	12.183.446,20	13.645.459,93	15.078.233,23	16.586.056,57
Investimentos	1.725.035,11	7.738.544,02	11.663.696,20	13.046.824,97	14.416.741,60	15.858.415,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	16.514,96	18.249,03	20.073,93
Amortização da Dívida (XIV)	85.811,77	379.241,04	519.750,00	582.120,00	643.242,60	707.566,86
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.725.035,11	7.738.544,02	11.663.696,20	13.063.339,93	14.434.990,63	15.878.489,71
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	919.899,97	1.030.287,97	1.138.468,21	1.252.315,03
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	82.723.405,53	115.525.672,53	112.295.293,27	125.770.728,47	138.976.654,96	152.874.320,47

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
2026

RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-3.769.095,30	-585.533,64	6.337,40	119.545,89	132.098,21	145.308,05
---------------------------------------	----------------------	--------------------	-----------------	-------------------	-------------------	-------------------

FONTE:
Canabarra Assessoria Contábil

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS IV - Resultado Nominal
2026

ESPECIFICAÇÃO	2023 (b)	2024 (c)	2025 (d)	2026 (e)	2027 (f)	2028 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.293.852,03	2.678.996,75	3.769.735,07	3.519.735,07	3.269.735,07	2.969.735,07
DEDUÇÕES (II)	4.505.629,41	6.661.713,30	5.600.000,00	4.100.000,00	3.800.000,00	5.075.000,00
Ativo Disponível	6.735.238,03	7.171.708,32	7.500.000,00	6.000.000,00	5.700.000,00	5.500.000,00
Haveres Financeiros	155.082,34	356.188,93	200.000,00	150.000,00	100.000,00	75.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.384.690,96	866.183,95	2.100.000,00	2.050.000,00	2.000.000,00	500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(211.777,38)	(3.982.716,55)	(1.830.264,93)	(580.264,93)	(530.264,93)	(2.105.264,93)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	6.923.288,49	3.758.851,57	2.000.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00	500.000,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV + V)	6.711.511,11	(223.864,98)	169.735,07	919.735,07	469.735,07	(1.605.264,93)
RESULTADO NOMINAL	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	6.711.511,11	(6.935.376,09)	393.600,05	750.000,00	(450.000,00)	(2.075.000,00)

Fonte:

Canabarra Assessoria Contábil

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao exercício de 2023.

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS V - Motante da Dívida Pública
2026

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.379.663,80	4.293.852,03	2.678.996,75	3.769.735,07	3.519.735,07	3.269.735,07	2.969.735,07
Dívida Mobiliária	4.379.663,80	4.293.852,03	2.678.996,75	3.769.735,07	3.519.735,07	3.269.735,07	2.969.735,07
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.273.052,24	4.505.629,41	6.661.713,30	5.600.000,00	4.100.000,00	3.800.000,00	5.075.000,00
Ativo Disponível	6.094.018,60	6.735.238,03	7.171.708,32	7.500.000,00	6.000.000,00	5.700.000,00	5.500.000,00
Haveres Financeiros	45.651,96	155.082,34	356.188,93	200.000,00	150.000,00	100.000,00	75.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.866.618,32	2.384.690,96	866.183,95	2.100.000,00	2.050.000,00	2.000.000,00	500.000,00
DCL (III) = (I - II)	106.611,56	-211.777,38	-3.982.716,55	-1.830.264,93	-580.264,93	-530.264,93	-2.105.264,93

FONTE:
Canabarra Assessoria Contábil

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO / CAPITAL	-6.433.701,88	-310,58	-6.153.606,99	95,70	-12.500.950,97	-203,14
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	8.505.162,89	410,58	-280.094,89	4,30	6.347.343,98	303,14
TOTAL	2.071.461,01	100,00	-6.433.701,88	100,00	-6.153.606,99	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO /CAPITAL	-21.801.992,69	102,03	-21.500.058,69	98,61	-21.471.541,46	99,87
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	433.985,60	-2,03	-301.934,00	1,39	-28.517,23	0,13
TOTAL	-21.368.007,09	100,00	-21.801.992,69	100,00	-21.500.058,69	100,00

FONTE:

Canabarra Assessoria Contábil

Valores extraídos dos Balanços Anuais dos respectivos exercícios.

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2026

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (d)	2022
RECEITAS DE CAPITAL	350.000,00	0,00	425.589,77
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	350.000,00	0,00	425.589,77
Alienação de Bens Móveis	350.000,00	0,00	425.589,77
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	350.000,00	0,00	425.589,77

DESPESAS REALIZADAS	2024 (b)	2023 (e)	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	775.589,77	425.589,77	425.589,77

FONTE:

Canabarra Assessoria Contábil

Valores extraídos do Balancete dos respectivos exercícios financeiros.

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO

PREFEITO

048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2026

AMF – Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2022	2023	2024
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.441.575,20	1.933.061,01	2.051.535,33
RECEITAS CORRENTES	1.441.575,20	1.933.061,01	2.051.535,33
Receita de Contribuições	1.440.988,37	1.927.837,50	2.047.424,74
Pessoal Civil	1.440.988,37	1.927.837,50	2.047.424,74
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	586,83	4.715,91	4.110,59
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	507,60	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	507,60	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	4.351.548,60	2.994.687,88	4.874.942,71
RECEITAS CORRENTES	4.351.548,60	2.994.687,88	4.874.942,71
Receita de Contribuições	4.351.548,60	2.994.687,88	4.874.942,71
Pessoal Civil	4.351.548,60	2.994.687,88	4.874.942,71
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	0,00	2.036.826,00	2.333.799,48
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	5.793.123,80	6.964.574,89	9.260.277,52

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2022	2023	2024
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.825.059,20	7.265.928,90	9.260.277,52
ADMINISTRAÇÃO	190.475,90	234.598,93	255.558,49
Despesas Correntes	186.476,90	234.598,93	255.558,49
Despesas de Capital	3.999,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.634.583,30	7.031.329,97	9.004.719,03
Pessoal Civil	5.634.583,30	7.031.329,97	9.004.719,03
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2026

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	5.825.059,20	7.265.928,90	9.260.277,52
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	-31.935,40	-301.354,01	0,00
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	221.713,25	7.599,56	16.576,45

FONTE:

Canabarra Assessoria Contábil

Valores lançados em conformidades com os Balanços Anuais dos respectivos exercícios financeiros.

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	--

FONTE:
IPSEB

O cálculo atuarial está sendo providenciado.

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
2026

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	—

FONTE:

Canabarra Assessoria Contábil

Não haverá renúncia de receitas para os próximos exercícios.

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2026

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

FONTE:

Canabarra Assessoria Contábil

Sem margem para expansão de despesa de caráter continuado.

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO

PREFEITO

048.902.494-78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
FRUSTRAÇÃO NA ARRECADAÇÃO	6.317.965,82	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS	6.317.965,82
CALAMIDADE PÚBLICA	631.796,58	UTILIZAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES	631.796,58
TOTAL	6.949.762,40	TOTAL	6.949.762,40

FONTE:

Canabarra Assessoria Contábil

Foram destinados uma margem de 5% do orçamento para cobertura de frustração de receitas e por se tratar que parte do município está em área de risco projetamos a utilização da reserva de contingência para atendimentos iniciais caso ocorra calamidade pública..

ANDRÉ LUIZ GOES CASTRO
PREFEITO
048.902.494-78